

Empregadas domésticas negras e a Covid-19: afetos e desigualdades em tempos pandêmicos

Ana Rebeca Oliveira Cirilo

Mestra em pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Universidade Federal do Piauí - PPGPP/UFPI. Bacharela em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camilo Filho - ICF.

✉ cirilorebeca@gmail.com

Rafael Fernandes de Mesquita

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Potiguar - UnP. Professor do Instituto Federal do Piauí - IFPI Campus Dirceu Arcoverde. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí - PPGPP/UFPI.

Ana Keuly Luz Bezerra

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí - PRODEMA/UFPI. Professora do Instituto Federal do Piauí - IFPI Campus Dirceu Arcoverde. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí - PPGPP/UFPI.

Fátima Regina Ney Matos

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Estágio Pós-Doutoral desenvolvido na Universidade de Aveiro, Portugal. Professora do Instituto Superior Miguel Torga - ISMT, Coimbra-Portugal.

Recebido em 1 de outubro de 2024

Aceito em 3 de julho de 2025

Resumo:

Mulheres negras integram um grupo historicamente explorado e vivenciam opressões intercruzadas de, pelo menos, gênero e raça. Também são cotidianamente subjugadas em razão de um conjunto de vulnerabilidades, conhecidas no cruzamento como “interseccionalidades”. O objetivo dessa pesquisa é compreender as vivências, na encruzilhada destas intersecções, de mulheres negras empregadas domésticas durante a primeira fase da pandemia da COVID-19. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, que utilizou a entrevista em profundidade para acessar informações sobre as participantes. O estudo concluiu que apenas o valor oferecido pelo auxílio emergencial, uma política pública implementada durante a pandemia da COVID-19, não foi o suficiente para garantir o isolamento das participantes, posto que tal medida refletiria no padrão de vida das participantes e suas famílias, suscitando a discussão sobre a insegurança laboral inerente à majoritária informalidade das relações laborais referentes ao emprego doméstico. A pesquisa também revelou que, para além de fatores econômicos, outras variáveis também influenciaram na decisão dessas mulheres de permanecerem nos seus postos de trabalho, colocando-as sob constante risco. A vivência dessas mulheres durante o período de lockdown, portanto, foi marcada por intensa instabilidade econômica e familiar. Nesse viés, o estudo, emprega a perspectiva da interseccionalidade para a análise de questões relacionadas ao trabalho doméstico, desvelando histórias de vida de mulheres marcadas pelas manifestações de estruturas sociais que moldaram a formação social brasileira.

Palavras-chave: Interseccionalidades, empregadas domésticas, COVID-19, mulheres, pandemia.

Black domestic workers and Covid-19: affection and inequalities in pandemic times

Abstract:

Black women are part of a historically exploited group and experience intersecting oppressions, primarily based on gender and race. They are also routinely subjected to a range of vulnerabilities known, in combination, as "intersectionalities." This study aims to understand the lived experiences of Black women domestic workers at the intersection of these factors during the first phase of the COVID-19 pandemic. This is a qualitative study, which used in-depth interviews to access information about the participants. The study concluded that the amount provided by the emergency aid program—implemented as a public policy during the COVID-19 pandemic—was insufficient to ensure participants' isolation. This was due to the fact that such a measure would directly affect their standard of living and that of their families, raising concerns about the labor insecurity inherent in the predominantly informal nature of domestic work. The research also revealed that beyond economic factors, other variables influenced these women's decisions to remain in their jobs, thereby exposing them to constant risk. Their experiences during the lockdown period were marked by intense economic and family instability. From this perspective, the study adopts the lens of intersectionality to analyze issues related to domestic labor, uncovering life stories of women shaped by the social structures that have historically formed Brazilian society.

Keywords: Intersectionalities, domestic workers, COVID-19, women, pandemic.

Trabajadoras domésticas negras y Covid-19: afecto y desigualdades entiempos de pandemia

Resumen:

Las mujeres negras forman parte de un grupo históricamente explotado y experimentan opresiones cruzadas, basadas principalmente en el género y la raza. También son cotidianamente subyugadas debido a un conjunto de vulnerabilidades conocidas, en su intersección, como "interseccionalidades". El objetivo de esta investigación es comprender las vivencias de mujeres negras trabajadoras domésticas en la encrucijada de estos factores durante la primera fase de la pandemia de COVID-19. Se trata de un estudio de enfoque cualitativo, que utilizó entrevistas en profundidad para acceder a la información de las participantes. El estudio concluyó que el monto ofrecido por la ayuda de emergencia—una política pública implementada durante la pandemia de COVID-19—no fue suficiente para garantizar el aislamiento de las participantes, ya que tal medida impactaría directamente en el nivel de vida de ellas y sus familias. Esto suscita un debate sobre la inseguridad laboral inherente a la naturaleza predominantemente informal del trabajo doméstico. La investigación también reveló que, más allá de los factores económicos, otras variables influyeron en la decisión de estas mujeres de mantenerse en sus puestos de trabajo, exponiéndolas a un riesgo constante. La experiencia de estas mujeres durante el período de confinamiento, por lo tanto, estuvo marcada por una intensa inestabilidad económica y familiar. En este sentido, el estudio adopta la perspectiva de la interseccionalidad para analizar cuestiones relacionadas con el trabajo doméstico, revelando historias de vida de mujeres atravesadas por las estructuras sociales que han moldeado históricamente la sociedad brasileña.

Palabras clave: Interseccionalidades, trabajadoras de hogar, COVID-19, mujer, pandemia.

INTRODUÇÃO

Mulheres negras integram um grupo historicamente explorado (Carneiro, 2003). Desde o período escravocrata, corpos negros são explorados em proveito de um grupo

racialmente privilegiado. Segundo Gonzalez (1979), o privilégio racial é característica marcante da sociedade brasileira e perceptível na oferta de oportunidades no mercado de trabalho. Tal afirmação pode ser corroborada com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada em outubro de 2019, que apresentou a taxa de desemprego entre mulheres negras no Brasil de 16,6%, o dobro da verificada entre homens brancos (8,3%) e maior do que entre as mulheres brancas (11%) e homens negros (12,1%) (IBGE, 2022).

Essa localização na pirâmide social faz com que mulheres negras experimentem, no mínimo, uma tríplice opressão, de gênero, raça e classe (Pereira, 2011) que foi nomeada pela jurista norte americana Kimberlé Crenshaw, como “interseccionalidade”. Esse conceito discute as interações entre dois ou mais eixos de opressão e quais as consequências desses sistemas discriminatórios na estrutura social (Crenshaw, 2002).

Com o advento da pandemia, iniciando no ano de 2020 no Brasil, essas desigualdades sociais do país foram intensificadas, desencadeando uma crise eminentemente social e histórica. A dinâmica dessa crise se baseia na concentração dos meios de produção nas mãos de alguns e a automática exclusão das condições materiais de existência para a maioria dos indivíduos, dentre os quais, a empregada doméstica (Mascaro, 2020). A essencialidade do trabalho doméstico durante a pandemia corrobora a indissociabilidade da exploração dos corpos de mulheres negras e a carga dos serviços realizados por suas ancestrais no período da escravidão. A partir desta contextualização, indaga-se: como se deu a vivência de mulheres negras que atuaram como empregadas domésticas durante a primeira fase do isolamento na pandemia do vírus COVID-19?

A presente pesquisa proporciona um diálogo com personagens que estão à margem, que tiveram suas percepções silenciadas e excluídas da construção do mundo em decorrência da natureza do seu trabalho (Gouvêa *et al.*, 2018), historicamente discriminado e subjugado. Para tanto, a pesquisa contém como objetivo geral compreender as vivências de mulheres negras empregadas domésticas na cidade de Teresina-PI durante a primeira fase do isolamento na pandemia da COVID-19.

O estudo consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa que utiliza a técnica de entrevista em profundidade para acessar informações sobre a trajetória das participantes, empregadas domésticas negras, analisadas por meio da lente interseccional, com foco mais

específico nos eixos de gênero, raça e classe, sobre a vivência das participantes, organizadas em quatro categorias: composição familiar, perspectiva profissional, insegurança laboral e afetações e vulnerabilidades experienciadas por essas mulheres.

MULHERES NEGRAS E O TRABALHO DOMÉSTICO À BRASILEIRA

Desde o pós-abolição, a mulher negra encontra pouca ou nenhuma mobilidade dentro das escalas sociais (Dias; Almeida, 2021), tornando, por vezes, o serviço doméstico não apenas sua entrada no mercado de trabalho, mas a única ocupação disponível a ela (Pereira, 2011). A ocupação do serviço doméstico decorre, historicamente, dos grilhões da escravidão e do seu processo de exploração (Ávila; Ferreira, 2020; Pereira, 2011).

A lei anterior, de 1972, não previa elementos de pessoalidade, não-eventualidade, subordinação e onerosidade. A nova lei de 2015 utilizou o elemento da “continuidade” para fazer distinção entre empregada doméstica e diarista (Santos; Conde, 2017). Enquanto o emprego doméstico, mesmo que não seja prestado em dias consecutivos, constitui um serviço contínuo, a ocupação de diarista se enquadraria em um trabalho suplementar. No que concerne à terminologia utilizada, Santos (2010) defende a utilização do termo trabalhadora doméstica, pois segundo ela, “o termo ‘empregada’ remete a contextos de ausência de reconhecimento profissional e político” (Santos, 2010, p. 13). Nesse quesito, aqui se segue o entendimento de Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), que se utilizam do termo empregada doméstica (exceto quando se refere aos termos presentes na legislação) para diferenciar essas mulheres das donas de casa, que são também trabalhadoras domésticas, embora não remuneradas.

Mesmo expressa evolução legislativa no tocante aos direitos da categoria, no âmbito social ainda vigora uma severa discriminação quanto à representação do emprego doméstico, sintoma de uma nação que nunca superou preconceitos herdados de séculos de sociedade escravocrata (Ferla, 2011), o que desemboca em altos índices de informalidade. Acrescenta-se às demais questões o fator geracional. São mulheres que ingressam mais cedo no mercado de trabalho, porém ficam restritas às camadas de subemprego (Mesquita *et al.*, 2024). A soma de fatores como alta informalidade, baixa incidência de trabalhadoras contribuintes para a

previdência e os riscos inerentes associados à atividade tornam o ofício extremamente vulnerável e sobrecarregam, por vezes, quem o desempenha, uma vez que essas mulheres fazem o serviço na casa dos patrões e nas suas também, acumulando uma jornada extensa de trabalho ou transferindo parte desse trabalho para suas filhas mulheres.

Origens do emprego doméstico

O trabalho escravo atuou como pedra angular na economia colonial (Bernardino-Costa, 2015). Desde o século XVI, os trabalhos desenvolvidos no interior dos lares cabiam aos escravos. Com a abolição da escravidão, se estabeleceram novos arranjos jurídicos e o trabalho doméstico passou a figurar como um meio de sobrevivência para os recém-libertos (Pereira, 2011). Contudo, as configurações dessa “nova” relação se assemelhavam em muito com a velha e conhecida estrutura escravista à medida que a sujeição, a subordinação e a desumanização marcavam a frágil e recente relação empregador-empregada (Gomes; Cunha, 2007). O trabalho precário pautava-se por uma troca de favores com pesos discrepantes.

Embora despidas da condição legal de escravas, seus corpos permaneciam sob controle do padrão de dominação patriarcal-racista-capitalista (Bernardino-Costa, 2015; Saffioti, 1987; Muniz, 2016). No período da escravidão, as escravas domésticas, embora residissem nas senzalas, tinham que passar a maior parte do tempo na casa grande à disposição de seus senhores; essa presteza servil forçada foi concretizada nos aposentos das empregadas e cumpre o mesmo papel de refrear o controle da trabalhadora sobre sua própria jornada de trabalho e tempo de descanso, além de impossibilitar o contato com seus familiares (Santos, 2010).

Essas divisões hierárquicas dos espaços da casa não cessaram com o início das relações assalariadas e foram mantidos mecanismos simbólicos de afirmação de poder utilizados pelo período escravocrata. Embora o exercício da profissão ocorra dentro do lar dos patrões, essas dinâmicas simbólicas de poder estão presentes no quarto da empregada, no elevador de serviço e no planejamento geográfico que destina aos empregados a saída pelos fundos (Teixeira; Saraiva; Carrieri, 2015, p. 161).

Em que pese a proximidade física decorrente da natureza do trabalho gerar um clima de afetividade, as divisões hierárquicas correspondentes aos espaços dos patrões se mantêm,

restando desigualdades mascaradas pelo discurso do afeto (Ávila, 2008). Além disso, é na própria origem do trabalho doméstico – a escravidão – que a mistura entre afeto e desigualdade aparece, na ambiguidade entre proximidade e distância que se configurou o trabalho das empregadas domésticas no Brasil (Brites, 2007; Candiota; Vergara, 2010; Preuss, 1996). Para Sales Júnior (2006), o termo “quase parte da família” está fundamentado no “complexo de tia Anastácia”. A personagem da obra literária infantil “Sítio do Pica Pau Amarelo” é criada como “negra de estimação”, que realiza tudo com presteza e boa vontade, sempre pronta para servir a sua patroa e seus netos. Esse estereótipo da mãe negra invoca afeto, mas também uma dinâmica perversa de configuração. No Brasil, as empregadas domésticas representam a memória das chamadas ‘mães negras’ (Akotirene, 2020; Roncador, 2011), ou seja, as mulheres negras que foram escravizadas no Brasil, no contexto de uma diáspora africana forçada (Hall, 2009). Segundo Teixeira, Carrieri e Souza (2020), essa ideia de “quase” pertencimento ao seio familiar também ajudou a configurar a informalidade como principal característica do trabalho doméstico no Brasil. Afinal, se as trabalhadoras são ‘como família’, então os empregadores não precisam contratá-las de acordo com a legislação específica.

Nas análises sobre as representações da mãe preta e mucama, doméstica e mulata, Gonzalez (2020) destaca que são os estereótipos em torno da mulher negra que auxiliam a limitar o lugar dela na sociedade: “De mucama à mulata profissional, de mãe preta à doméstica” (Gonzalez, 2020, p.19). Esses papéis são construídos social, política e economicamente para a manutenção das desigualdades presentes na exploração do trabalho doméstico e suas imbricações no sistema capitalista.

A lente da interseccionalidade no trabalho de empregadas domésticas

O racismo construiu um estereótipo sobre o negro e o aprisionou a isso, a todo instante resgatando essa imagem para manter a exploração sobre ele (Carneiro, 2011). Mulheres negras sempre tiveram seus corpos explorados, seja como mão de obra para os senhores de engenho, seja por estupros que poderiam ter motivações várias, dentre as quais a de gerar mais mão de obra, o prazer do homem agressor e até mesmo como forma de castigo (Davis, 2016). Dessa forma, o mito da fragilidade feminina nunca teve espaço para mulheres tidas

como racializadas, que sempre precisaram se submeter a cargas de trabalho extenuantes sob a ameaça do açoite (Carneiro, 2011). Quando mulheres brancas iniciaram movimentações reivindicando direito ao trabalho fora do lar, não consideraram a vivência de mulheres exploradas cotidianamente já pertencentes a um contingente de mulheres com identidade e objeto (Carneiro, 2003) que estão distribuídas de modo diverso nos mundos econômico, social e político. Ao se negligenciar esse contexto, mulheres racialmente privilegiadas dificultam o acesso de mulheres não-brancas aos seus direitos (Crenshaw, 1994).

Os eixos de opressão (aqui, pelo menos, raça e gênero) se perpetuam devido ao que se contempla ou se inibe nos direitos humanos que, ao estabelecerem um rol bem definido de violações possíveis, negligenciam certos aspectos do cotidiano e terminam por endossar discursos misóginos e racistas. Dessa forma, tem-se que, enquanto racismo e sexism se encontram entrecruzados na vida das pessoas, era escassa a articulação dessas dimensões nas práticas feministas e antirracistas (Crenshaw, 1994). Constantemente, experiências específicas de subordinação interseccional são negligenciadas. O exemplo claro destes problemas está materializado nas mulheres negras que não encontram nas pautas de gênero a representação de suas vivências e na luta antirracista que negligencia problemas de natureza de gênero (Crenshaw, 1994).

A partir desse entendimento, mesmo aqui brevemente apresentado, sobre interseccionalidade, a divisão social do trabalho é qualificada com a articulação entre marcadores sociais de diferença, dando outra compreensão acerca do trabalho doméstico e de como as desigualdades exercem poder sobre as mulheres negras. Dessa forma, a perspectiva interseccional relacionada ao trabalho doméstico pode apresentar determinantes de raça, gênero, classe, questões geracionais e de etnia enquanto eixos de poder que interagem entre si, resultando em opressão, desempoderamento e desigualdades (Silva; Loreto; Bifano, 2017). Como para Acciari (2020), quando diz que independente do contexto, as trabalhadoras domésticas não estão consideradas em nível de igualdade com seus empregadores. É uma categoria constantemente mobilizada para reproduzir as hierarquias sociais.

COVID-19 e Empregadas domésticas no Brasil

O advento de uma pandemia mundial revelou a silenciosa e perene violação da dignidade humana com essa classe trabalhadora através da insegurança em relação aos direitos trabalhistas. Pesquisas apontam que 69% das empregadas domésticas não foram afastadas de seus empregos (PNAD, 2020), deixando-as vulneráveis a contaminações nos espaços públicos durante o deslocamento até a casa de seus patrões, contando apenas com um sistema de saúde fragilizado devido ao aumento da demanda e tendo que conviver com o desamparo e incertezas no âmbito familiar (Mascaro, 2020).

Essa presença massiva de mulheres negras atuando como empregadas domésticas, mantendo-se desde o início da pandemia, remete à desvalorização social da profissão em razão de sua raiz no trabalho escravo já pontuada (Biroli, 2018; Pereira, 2011). Uma vulnerabilidade dessas trabalhadoras à crise econômica imposta pela COVID-19 também pode ser vislumbrada pela elevada participação de domésticas chefes de domicílio que têm filhos e não possuem cônjuge (Melo; Rodrigues, 2021).

Ao precisarem escolher entre abandonarem seus empregos (em uma situação de instabilidade econômica e taxas de desemprego crescentes) em prol da saúde e enfrentar os riscos de uma doença, até então desconhecida, na tentativa de tentar suprir o mínimo das necessidades de seus núcleos familiares, elas se resignaram em aceitar as novas condições de seus serviços e permanecerem em seus postos de trabalho, o que as deixa sem perspectiva de melhores condições e, por vezes, também reféns da informalidade (Picanço; Araújo; Sussai, 2021). Elas possuem expressiva participação na responsabilidade pela manutenção de seus domicílios, o que agrava a situação de suas famílias e as expõe a uma maior situação de vulnerabilidade em caso de demissão. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE) (2020), no ano de 2017, as trabalhadoras domésticas foram responsáveis por 31,3% da renda mensal de seus domicílios. Entre as negras, essa participação era ainda maior: 34,0%, contra 27,8% entre as não negras.

As baixas remunerações das trabalhadoras domésticas inviabilizaram a realização de uma poupança para enfrentar o período de pandemia. Esse fato, associado a outras características da ocupação, como alta informalidade, baixa incidência de trabalhadoras contribuintes para a previdência e riscos inerentes associados à atividade — dentre os quais

o contato direto com pessoas doentes e exposição excessiva a produtos químicos — tornam o ofício extremamente vulnerável nesse período de pandemia. Essa condição é ainda pior para as domésticas negras, que recebem remunerações inferiores em todas as ocupações realizadas. Tais dados ratificam a vulnerabilidade dos grupos sociais no qual as empregadas domésticas estão inseridas. Sob esse aspecto, as políticas públicas falham seriamente na implementação e na cobertura de garantias de direitos, visto que estes dificilmente conseguem ser universais e alcançar esses grupos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo focou em compreender a vivência de mulheres negras que atuaram como empregadas domésticas durante a primeira fase do isolamento na pandemia do vírus COVID-19. Esta pesquisa se insere na abordagem qualitativa como estratégia metodológica (Mesquita; Matos, 2014), como um delineamento geral, e se vale da interseccionalidade como orientação teórico-metodológica e analítica. O presente trabalho se ampara nos estudos qualitativos rotulados como “básicos ou genéricos” que, segundo Merriam (1998; 2002), são aqueles que contêm as características essenciais da metodologia qualitativa, mas não os que possibilitariam o seu enquadramento como um estudo de caso, estudo etnográfico, etnometodologia, *grounded theory*, ou qualquer outra modalidade específica. A técnica de coleta de dados utilizada foi a de entrevista em profundidade, que permeia entre entrevistas estruturadas, com seu rigor característico, e entrevistas focais, que não estabelecem previamente um guia temático.

A partir disso, o roteiro utilizado na entrevista seguiu um padrão semiestruturado (May, 2004), que contou com um roteiro como instrumento de coleta de dados, repetindo as mesmas perguntas a cada participante e, dentro do possível, mantendo a mesma entonação de voz, a fim de minimizar as mudanças circunstâncias das entrevistas. No entanto, aliaram-se técnicas utilizadas em entrevistas focalizadas com a finalidade alcançar a subjetividade das informações dadas. Ressalta-se que a formulação do roteiro foi pensada para possibilitar uma comunicação clara, ao mesmo tempo em que respondesse aos objetivos da pesquisa.

As participantes foram escolhidas a partir de indicações de familiares, amigos e empregadas domésticas entrevistadas. Não foram enquadradas nos objetivos da pesquisa mulheres que, mesmo atendendo aos critérios de raça, gênero e classe social, tenham no emprego doméstico uma renda suplementar, não principal. Ao todo, foram entrevistadas 10 (dez) participantes mulheres negras, representadas através de nomes fictícios para identificá-las sem comprometer a confidencialidade do estudo, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Apresentação das participantes da pesquisa.

Participante	Escolaridade	Estado civil	Nº de filhos
Maria	Ensino fundamental incompleto	solteira	3
Francisca	Ensino médio incompleto	solteira	0
Sônia	Ensino fundamental incompleto	solteira	3
Fernanda	Ensino fundamental completo	solteira	1
Lurdes	Ensino fundamental incompleto	solteira	2
Raimunda	Ensino fundamental incompleto	União estável	2
Margarete	Ensino fundamental incompleto	União estável	3
Dalva	Ensino médio completo	Casada	3
Eliana	Ensino fundamental incompleto	solteira	1
Isabel	Ensino fundamental completo	solteira	3

Fonte: Elaborada pelos autores .

A Tabela 1 revela um conjunto de trajetórias marcadas por baixa escolaridade, com predominância do ensino fundamental incompleto entre as participantes, o que aponta para barreiras históricas de acesso à educação formal. Todas as respondentes residiam na zona urbana de Teresina – Piauí, em diferentes bairros. No campo das relações familiares, observa-se a maioria de mulheres solteiras, o que pode sugerir a centralidade da responsabilidade doméstica e do cuidado nos arranjos familiares liderados por mulheres. Além disso, a maior parte das entrevistadas tem filhos, frequentemente em número igual ou superior a dois, indicando a sobreposição entre trabalho remunerado e maternidade. Esses dados evidenciam condições que impactam diretamente as oportunidades de vida dessas mulheres e as formas como o trabalho doméstico se insere em suas trajetórias.

O projeto de pesquisa foi aprovado sob protocolo de nº 5.254.565 pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), cumprindo as diretrizes impostas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde em relação às questões éticas envolvendo pesquisas com seres humanos e na Resolução nº 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde que trata sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Todas as

participantes receberam esclarecimentos com relação à pesquisa, com pontuações acerca dos riscos e benefícios que implicavam a participação delas, bem como seu direito à desistência em qualquer momento e garantia do sigilo. Em seguida, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela pesquisadora e as participantes que aceitaram participar da pesquisa, assinaram duas cópias do TCLE, ficando uma em posse da participante, antes de seguirem para a coleta de dados. A transcrição dos dados coletados foi organizada por temas, de acordo com as intersecções observadas entre os marcadores sociais de diferença analisados.

QUASE DA FAMÍLIA: AFETOS E DESIGUALDADES DESVELADOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

A partir das falas das participantes foram elaboradas quatro categorias temáticas, que são apresentadas a seguir com trechos de falas das entrevistas para auxiliar na ilustração das interpretações: configuração familiar; perspectivas profissionais; relações laborais e a reprodução de estereótipos sobre a mulher negra; e a informalidade do emprego doméstico e consequências no período de isolamento da pandemia da COVID-19.

Configuração familiar

A categoria temática se propõe a uma discussão sobre a influência dos arranjos familiares na história das participantes, buscando conhecer em que medida a estrutura de suas famílias as direcionaram na escolha da profissão e como elas conciliam as demandas do trabalho com a vida pessoal. As evidências empíricas destas relações e do direcionamento indicam elementos que auxiliam na compreensão das vivências das intersecções observadas.

Do número total de participantes (dez), seis relataram que começaram a trabalhar como empregadas domésticas por fatores ligados às necessidades da família, o que já era esperado (Dias; Almeida, 2021). Todas as participantes relataram que iniciaram o trabalho doméstico entre a fase da adolescência e a juventude e, ao tempo das entrevistas, permaneciam ativas, o que corrobora dados de que mulheres negras entram mais cedo no

mercado de trabalho e saem mais tarde (IPEA, 2015). A participante Margarete contou que começou a trabalhar com 13 anos de idade, quando seu pai faleceu, deixando dez filhos com sua mãe: “teve família que veio pedir a gente, né...e a mãe não deu. Então eu preferi trabalhar pra ajudar minha mãe. Aí eu comecei a trabalhar com 13 anos, comecei... já fui babá, já viajei pra Brasília pra trabalhar pra poder ajudar ela... e agora ‘tô’ aqui doméstica. E desde 13 anos que eu trabalho de doméstica... fui babá também”.

Essa expressiva participação na responsabilidade pela manutenção de seus lares as expõe a uma maior situação de vulnerabilidade em caso de demissão. A maioria delas é chefe de domicílio, configuração mais comum entre trabalhadoras extremamente pobres (58,1%) e pobres (48,7%) (Melo; Rodrigues, 2021). Dentro do contexto, racismo e sexismo afetam diretamente as condições sociais dessas mulheres, que lidam com a violência estrutural gerada pela desigualdade social. Influenciadas por esse contexto, várias das participantes relataram que suas ambições durante a adolescência estavam ligadas a melhorar a condição da família, no entanto, essa melhoria não se apresentou necessariamente ligada aos estudos, mas acesso a bens e serviços relacionados a uma melhor qualidade de vida, tal como boa alimentação e roupas.

A participante Dalva, ao falar sobre como ter filhos influenciou em vida profissional, relatou os arranjos familiares feitos para que ela pudesse sair de casa para trabalhar e as dificuldades em conciliar maternidade com a rotina de trabalho: “tudo ficava mais difícil pra poder ir trabalhar, com quem deixar. Sempre ficou mesmo com minha mãe. Minha mãe mesmo biológica, mas sempre vinha as cobranças, aí os meninos sempre foram muito travesso, ‘ai eu não aguento’, mas ficava, né?”.

Importante salientar que, além do desgaste que essas mulheres sofrem com a rotina do mercado de trabalho, elas ainda são responsáveis pela realização das tarefas domésticas onde residem, replicando o trabalho que já desempenham na casa de seus patrões, aumentando a exaustão. De acordo com dados da PNAD (2014), que apresentou um retrato da população brasileira acima de 18 anos segundo gênero e raça/cor, quase metade dos homens brancos e negros declararam não se envolver em tarefas domésticas (47,8% dos brancos e 49,4% dos negros). Em contrapartida, 91,6% das mulheres negras e 88,3% das mulheres brancas afirmaram realizar afazeres domésticos. A divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico segue onerando as mulheres, uma vez que as responsabilidades com as tarefas de

reprodução das famílias recaem majoritariamente sobre elas (Picanço; Araújo; Sussai, 2021). A concentração do trabalho doméstico nas mulheres é atenuada pelas condições socioeconômicas, devido à sua delegação para outras mulheres o realizarem, em geral negras e pobres, retirando umas do ciclo e perpetuando ele para outras.

Perspectivas profissionais

A presente categoria temática tem como escopo a discussão acerca dos horizontes profissionais dessas mulheres e ver, através da perspectiva delas, as expectativas geradas em cima de um trabalho historicamente discriminado, isso porque as participantes foram unânimes em relatar que optaram por essa profissão porque não dispunham de conhecimento em outras áreas que possibilitasse uma inserção no mercado de trabalho.

O emprego doméstico continua sendo o destino de gerações de mulheres e famílias negras que não alcançaram oportunidades objetivas de exercer outras funções na vida. Muitas das vezes, não se trata apenas de uma experiência passageira pelo mercado de trabalho, mas única forma de ocupação alcançável para muitas delas, de tal modo que, no mero ato de caminhar por ruas de bairros nobres das cidades, é comum ver crianças brancas sendo cuidadas por suas babás negras, jovens negras limpando o chão e varrendo calçadas, enquanto negras mais velhas cozinham para suas patroas executivas (Pereira, 2011).

O grau de escolaridade dessas mulheres é majoritariamente precário dentro do cenário competitivo capitalista (PNAD, 2020), desvelando a divisão racial do trabalho (Carneiro, 2003) atrelado a divisão sexual deste. Mesmo com a taxa de analfabetismo em queda nas últimas décadas, os números apresentam diferença racial importante: em 2015, somente 4,9% das mulheres brancas com mais de 15 anos eram analfabetas, ao passo em que o número de mulheres negras sob esses mesmos critérios era de 10,2%. Logo no início da entrevista, a participante Fernanda relatou que não teve escolha com relação à profissão: “o meu grau de escolaridade foi pouca então eu não tive outra opção que não fosse optar pelas ‘casa alheia’ (*sic*)”.

Apesar das políticas afirmativas acerca de questões raciais terem servido para reduzir as desigualdades em relação ao acesso à educação como instrumento de inserção no mercado de trabalho com mais oportunidades, tais mudanças alcançaram apenas as novas gerações,

confrontando tais políticas governamentais com fatores geracionais, a exemplo da taxa de analfabetismo entre mulheres negras que se justifica, em parte, pela falta de estudos de gerações anteriores, tal qual o setor das empregadas domésticas que é composto por expressivo número de mulheres negras mais velhas (Silva *et al.*, 2019). A desigualdade histórica de raça, aliada com a de sexo, constrói-se um verdadeiro “matriarcado da miséria” (Carneiro, 2018, p. 124), que é a condensação da experiência histórica de ser mulher negra na sociedade brasileira. Para essas mulheres, o trabalho doméstico é o lugar que a sociedade racista determinou como prioritário a elas, usurpando ambições, passadas e futuras, de cunho profissional. Nesse sentido, a fala da participante Raimunda é representativa quanto à falta de perspectivas: “[...] tudo que eu vou fazer, qualquer dúvida que eu faço eu sei que eu tenho ‘daonde’ (*sic*) pagar, né? Agora assim, em termos de conseguir algo a mais não tenho expectativa não”.

Ao serem questionadas sobre a influência da raça em suas opções profissionais, as participantes não souberam explicar de modo consistente como a cor da pele e suas características estéticas traçaram suas escolhas, porém acham que o fator raça contribuiu para a escolha da profissão: “[...] em São Paulo mesmo uma época aí eu fui pra uma entrevista de emprego. Eu fui selecionada, mas quando eu cheguei, por eu ser nordestina e negra eles inventaram uma desculpa assim tão... que até hoje eu tenho aquilo dentro mim. Aquilo dói. Até hoje dói quando eu lembro?! Gosto nem de lembrar não”. O aprisionamento dos corpos de mulheres negras aos espaços de “subalternidade” decorre justamente dos aspectos interseccionais, pois tem em si o cruzamento de raça, gênero, classe e idade, inserido em um contexto que se retroalimentam do passado colonial e escravocrata (Bernardino-Costa, 2015), cobrando dos corpos de mulheres negras força de trabalho até o esgotamento (Nascimento, 2006).

A colonialidade do poder contribui para essa marginalização da população negra (Maia; Farias, 2020) e inviabiliza a mobilidade da mulher negra para a ocupação de novas posições sociais (Silva *et al.*, 2019), o que beneficia a classe dominante. A permanência da mulher negra em tarefas semelhantes àquelas da sociedade colonial, se deve, essencialmente, a relação simbiótica entre seu gênero e raça somado à condição de escravos de seus antepassados (Nascimento, 2006).

Dentro de um modelo econômico, que se vale da desigualdade para se perpetuar, o exercício de um trabalho reprodutivo em oposição à esfera produtiva ocupada majoritariamente por homens, não somente marca a divisão sexual do trabalho, como também o incube a quem é socialmente desfavorecido, com baixa-escolaridade, de raças e etnias consideradas inferiores (Hirata, 2019). Nesse ponto, a ocupação na esfera privada é sinônimo de longas jornadas de trabalho e baixos níveis de rendimento (Bruschini, 2000). A baixa remuneração possui relação direta com a ideia de servidão, em especial no caso de mulheres negras. Na visão da sociedade brasileira, um trabalho que antes era realizado sem remuneração alguma ou apenas com o necessário para uma subsistência, não necessita de perspectivas profissionais. A ideia de servidão não comporta a necessidade de uma remuneração digna, associando o “servir” à escravidão (Ávila; Ferreira, 2020).

Dessa forma, a sociedade explora a força de trabalho de maneira distinta entre brancos e negros, a exemplo da política imigratória adotada pelo Brasil com a abolição da escravatura, sob a justificativa de não haver mão de obra qualificada para o trabalho livre, o que fez da desigualdade racial uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Fernandes, 1989). Portanto, existir em uma sociedade padronizada pelo patriarcado, racismo e elitismo, sendo que a representação do feminino, negro e pobre, coloca a mulher negra em constante confronto com as expectativas de adequação social e a tentativa de exploração de classes mais privilegiadas (Carneiro, 2003). É nessa esteira que se designa parte da desigualdade racial, refletida nas oportunidades ofertadas a negros dentro dos espaços de trabalho. Sem perspectivas em relação à profissão que exercem, o trabalho transforma-se em sacrifício em prol de um futuro para os filhos ou metas distantes, ambos sem certezas sólidas.

Relações laborais e a reprodução de estereótipos sobre a mulher negra

Nessa categoria, os dados analisados giram em torno dos desdobramentos das relações entre empregada doméstica e seus empregadores. Os resultados mostraram como as mulheres lidam com estereótipos estigmatizantes como a “mãe preta”, a “mulata” e a “serviçal”.

A objetificação do corpo da mulher negra é fato amplamente discutido nos meios acadêmicos que se propõem a estudar a “miscigenação” e opressões patriarcais-racistas-

capitalistas (Saffioti, 1987). Durante as entrevistas, participantes relataram suas experiências de assédio no ambiente de trabalho, mais um problema que se soma às extensas jornadas de trabalho e à falta de regulamentação, como é o caso de Raimunda que já foi assediada pelo patrão no horário de expediente e optou por sair do emprego:

Eu fui só agarrada. Não aconteceu nada porque eu imediatamente, eu agi com naturalidade, por quê? Porque eu sabia que se eu viesse dizer pra esposa, ela jamais ia acreditar, entendeu? Então eu usei com naturalidade, levei como se fosse um elogio. No entanto, eu sabia que não era, era uma falta de respeito (voz trêmula) e tranquilamente saí da situação e terminei de fazer meu serviço. Quando foi à tarde que ela chegou e infelizmente eu tive que dizer uma mentira e me retirei da casa.

Tais abusos de origem patriarcal ainda são considerados naturais e, no entendimento comum, não necessitam de justificativa, pois “homem é assim mesmo”. Nessa esteira, corpos de mulheres negras continuam sendo vistos como propriedade para uso e manipulação de seus patrões, e, de acordo com Giacomini (1988), todo o culto à sensualidade da mulher negra que é divulgado pelos meios midiáticos, se torna um instrumento da cultura branca e machista para justificar esse tipo de violência enquanto coloca o homem no papel de vítima da lascívia “natural” da mulher negra.

Nesse contexto, a imagem da “mulata bonita” torna-se, na verdade, uma insegurança adicional às quais essas mulheres já estão sujeitas. Nesse tipo de assédio, encontram-se presentes o fator “gênero” somado à polarização das partes, onde o homem é o patrão que possui domínio sobre aquele território, e a mulher, prestadora de um serviço e proveniente de uma situação econômica inferior. Na outra extremidade das relações patrão-empregado, figura um estereótipo do imaginário popular romantizada em demasia pela mídia: a mãe preta. Durante as entrevistas, algumas participantes relataram de maneira extensa a relação de proximidade que possuem com os membros das famílias para as quais trabalham. É o caso de Sônia, por exemplo, que já trabalha há 16 (dezesseis) anos prestando serviço para a mesma família. Durante esses anos, ela viu as crianças crescerem, se tornarem adultas e conta histórias de momentos afetuosos durante essa trajetória.

Segundo ela, os empregadores já verbalizaram mais de uma vez que ela é “como se fosse da família”, posição que ela aparenta se orgulhar ao contar de como foi incluída em um livro de crônicas sobre a vida de um dos garotos que ajudou a criar. Ao falar sobre os locais

que já trabalhou, ela enumera aquilo que considera benefícios e gentilezas dispensadas pelos seus patrões:

As quatro casas que eu trabalhei, que eu já trabalhei em três e ‘tô’ na quarta, né? São boas, me tratam, graças a Deus, tudo muito bem. Como mesmo se eu fosse uma pessoa da família, e eu me considero. Se eu quero isso, eu posso comer. Eu faço o que eu quero, do jeito que eu quero... Ela diz assim ‘Sônia, a casa é sua, faça do seu jeito’, né?

A conhecida frase “quase da família” remonta à figura idealizada da “negra de estimação”, tal como a Tia Anastácia do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, obra de Monteiro Lobato (Sales Júnior, 2006). A personagem representa as ambiguidades contidas nesse discurso de proximidade extrema. De acordo com Santos (2010), esse complexo de Tia Anastácia alimenta uma interação subordinada, pois a empregada tende a se incluir como integrante daquele grupo, mas nunca transpõe o limite do “quase”. Muito embora a proximidade física invoque uma atmosfera de intimidade, conhecimento e, por vezes, pertencimento, as divisões hierárquicas não se diluem, apenas são encobertas por uma fina camada de afeto para mascarar as desigualdades. (Ávila, 2008). Ademais, afeto e desigualdades estão contidos na própria origem do trabalho doméstico – leia-se escravidão. Essa tensão entre proximidade e distanciamento moldou os ditames do emprego doméstico no Brasil como conhecemos. (Brites, 2007; Candiota; Vergara, 2010; Preuss, 1996).

Durante a entrevista, as falas de Sônia são marcadas por esse antagonismo. Ao mesmo tempo em que há uma relação de afeto e codependência entre os sujeitos envolvidos, as diferenciações sociais não são deixadas de lado, imputando à empregada a responsabilidade de não esquecer o seu lugar de subalternidade. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a participante é convidada a se juntar a família em uma viagem para o litoral para “desestressar” do isolamento na capital – mesmo que intercalando seu papel de doméstica com lazer –, ela passa por situações nas quais, de modo sutil ou não, sua integração naquele meio social é limitada e comedida, por exemplo, na hora do almoço:

Onde eu trabalho eu posso comer junto com eles. Aprontei o almoço, se eu quiser comer, eu posso comer. Eu como com eles na mesa quando eles ficam me chamando. Eu não vou porque minha patroa gosta que lave logo as coisas, lá, as panelas [...] não fico bem, aí eu como depois.

A participante Sônia, idosa e já aposentada, frequentou a casa dos patrões durante todo o período de restrições mais severas para combate da COVID-19. Quando perguntada do que a motivava a ir, ela se limitou a tecer elogio aos patrões e justificou que sempre foi

“trabalhadeira”: “[...] vou porque gosto! Porque eu vou todo dia, só não vou amanhã [domingo], mas de sábado ‘inté’ (sic) 14h eu ‘tô’ no meu trabalho e só vou nem que eu esteja, às vezes, doente, mas eu vou. Ela diz assim ‘Oh, Sônia, tu tá cansada’, e eu ‘tô não, mulher’. Hoje mesmo ela ‘tava’ (sic) dizendo ‘Sônia, tu tá cansada’ e eu ‘tô’ não. Quem foi que disse que eu ‘tô’ cansada?” Mas vou com maior gosto, né?”.

As figuras da “mulata” e da “mãe preta” contêm em si atravessamentos de cunho interseccional. De acordo com Akotirene (2020), a mulher negra que remete à mãe preta é considerada a trabalhadora doméstica ideal nos processos de seleção de trabalhadoras domésticas, além de sofrer mais intensamente com a solidão da mulher negra. A mulata tipo exportação também não está a salvo das opressões interseccionais, pois mesmo magra e de corpo com curvas acentuadas, pode também ser alvo dessa solidão, pois recaem sobre ela construções culturais que a colocam como uma mulher com maior potencial de objetificação do corpo e inadequada para se casar (Teixeira, Carrieri e Souza, 2020). Nessa conjuntura, a mulher negra ainda lida cotidianamente com o estigma de inferioridade frente a outros grupos sociais, conscientemente ou não (Messias; Amorim, 2019).

A informalidade do emprego doméstico e consequências no período de isolamento da pandemia da COVID-19

Com o surgimento da pandemia causada pelo vírus COVID-19, as desigualdades que marcam o emprego doméstico desde o Brasil colônia se expandiram (Mascaro, 2020). Segundo dados da PNAD do terceiro trimestre de 2020, 1,6 milhão de trabalhadoras domésticas já perderam o emprego durante a pandemia, o que representa uma queda de 25,5% nos postos de trabalho para a categoria se comparada ao mesmo trimestre de 2019 (IBGE, 2020).

As que permaneceram em seus trabalhos, o fizeram em razão do medo de uma demissão ou suspensão de seus salários, ou seja, se expuseram ao risco de contaminação para manter o próprio sustento e o de suas famílias. Como efeito do isolamento dos patrões, a demanda de tarefas aumentou nos empregos das participantes, prolongando e alterando a jornada de trabalho preestabelecida. No caso da participante Isabel os trabalhos referentes à limpeza da casa somaram-se com demandas de cuidadora, pois sua patroa estava acamada e precisava de cuidados especializados constantes, no entanto, estavam tendo dificuldades para

encontrar uma pessoa que atendesse aos requisitos do cargo, o que aumentava a carga de trabalho de Isabel:

Não tinha mais pessoa para ficar lá... tinha, mas ela saiu porque ela não aguentou lá na questão do meu trabalho. Lá ela não aguentou, aí ela saiu e ficaram sempre trocando, trocando... e sempre quando essas outras saíam quem ficava no lugar delas era eu, como até hoje eu fico. Como nesse final de semana mesmo que passou: a pessoa não pode vir, quem ficou foi eu, e eu 'tô' (sic) saindo hoje do meu trabalho [quarta-feira] pra ter uma folga.

Com a sobrecarga do sistema de saúde e o medo de contaminação instaurado, várias pessoas preferiam realizar procedimentos referentes à saúde em casa. Isso expunha ainda mais empregadas domésticas que tinham que continuar convivendo com seus patrões durante o período de isolamento. Aliado a isso, as medidas de distanciamento também incluíram o fechamento de serviços de acolhimento de idosos, escolas, creches e atividades de contraturno, ampliando a carga de trabalho doméstico das famílias (Pinheiro *et al.*, 2020).

Sabendo que em 2018 apenas 1/3 da categoria possuía algum direito trabalhista, é evidente a ausência de proteção social e apoio estatal, mesmo em tempos que precedem a pandemia da COVID-19. Nesse contexto, o isolamento social corresponderia a um desfalque na renda no núcleo familiar dessas mulheres. Por essa razão, apenas duas participantes da pesquisa se mantiveram afastadas de suas atividades durante o período do *lockdown*, enquanto as demais permaneceram em suas atividades de rotina, algumas temendo serem dispensadas.

Diante desse cenário de vulnerabilidade, a dispensa para essas trabalhadoras representaria um sério impacto em termos de renda, uma vez que uma parcela expressiva das trabalhadoras não está coberta pelo sistema de seguridade social, sem acesso a direitos trabalhistas ou previdenciários. Diferentemente de nos outros setores, as relações de trabalho ainda são pouco regulamentadas e fiscalizadas no setor doméstico, tornando a trabalhadora extremamente dependente de uma relação pessoal com seu empregador. Uma participante relatou que logo no início da pandemia foi dispensada pela patroa sem nenhum direito trabalhista, pois não era regularizada: “Eu passei 6 meses desempregada, né? Trabalhei com uma senhora por 4 anos. Quando foi na pandemia ela me dispensou e só me deu muito obrigada”. Para tentar se manter empregada uma participante relatou que aceitou um emprego cuja jornada diária era 12 horas e a remuneração era de mil reais por mês, sem direito a auxílio-transporte e sem nenhum tipo de regulamentação trabalhista.

A oferta parte do imaginário coletivo de que a classe média não pode se sujeitar a realizar certas tarefas domésticas, mesmo quando em situações atípicas, como o pânico causado por um vírus pandêmico, mostrando mais uma vez como o trabalhado doméstico está enraizado nas estruturas coloniais (Bernardino-Costa, 2015; Gonzalez, 1982).

Para Acciari (2020, p. 05), “seja qual for a situação, as trabalhadoras domésticas nunca estão consideradas em nível de igualdade com seus empregadores”. Essa fala, presente no trabalho da autora que trata sobre o privilégio social de permanecer resguardado durante a crise sanitária, é atestada pela experiência pessoal de Eliana, que era exposta a privações laborais que não caberiam a nenhuma outra profissão, mas ainda são naturalizadas no emprego doméstico:

Eu não tinha carteira assinada, não tinha salário, não tinha nenhum direito e ainda tinha que trabalhar 12 horas todos os dias e mesmo que eu terminasse cedo eu tinha que me sentar no chão, ou então numa cadeira disponibilizada pra mim, que ela botou na cozinha pra ‘mim’ (sic) sentar... deixou bem claro que aquela cadeira era a minha, e eu sentava na cadeira e esperava chegar às 5 horas da tarde pra eu vir embora novamente caminhando. Eu ia e vinha todo dia caminhando e saí de lá, passei 6 meses, e saí de lá sem nada, só com os 15 dias trabalhados.

Durante as entrevistas, as participantes relataram inseguranças do campo profissional que precedem à pandemia, como a alta informalidade, baixa incidência de trabalhadoras contribuintes para a previdência e os riscos inerentes associados à atividade, desvelando problemas que, em certa medida, são compartilhados entre todas, tais como a dificuldade de locomoção, o pouco tempo usufruído com a família e as limitações geográficas presentes nos locais de trabalho, fatores que implicam em baixas condições materiais de existência (Mascaro, 2020).

Outras participantes ao relatarem a rotina diária disseram que preferem ir a pé para os seus locais de trabalho, uma delas chegando a fazer 40 minutos de caminhada apenas para chegar à casa dos patrões. O motivo da escolha seria a redução que o salário sofreria, caso a trabalhadora optasse por utilizar o auxílio-transporte: “[...] já é pouco, se eu for tirar o do ônibus ou então pagar um mototáxi pra ficar me levando e trazendo, já vai mais dinheiro. Nem era muito longe não... Só é ruim porque a gente fica com medo, né? Mas Deus sempre me guardou”.

Sem transporte público, comércios em sua maioria fechados e sem maior assistência por parte dos patrões, o deslocamento para o trabalho se tornou uma preocupação extra, ao

lado dos temores sobre a contaminação e os riscos da doença. Assim como em vários lares, as participantes comentaram sobre a preocupação com a saúde e com a imunidade para prevenir a doença. Entre chás com ervas e remédios sem comprovação científica, algumas relataram o medo que sentiam durante os primeiros 6 (seis) meses da doença no cenário brasileiro, como Raimunda: “durante 5 meses eu fiquei dentro de casa, eu não saí. Nem ao supermercado eu saía, quem ia era minhas filhas, porque o medo praticamente me dominou. Ainda hoje eu tenho medo. Não como no começo, mas eu ainda tenho muito receio”. Todas as participantes solicitaram acesso ao AE (Auxílio Emergencial) instituído pelo Governo Federal nos primeiros meses da pandemia da COVID-19. No entanto, apenas quatro delas conseguiram acessar o benefício. As participantes que não conseguiram ser aprovadas na fase cadastral não souberam explicar o porquê suas solicitações foram negadas, mesmo atendendo aos critérios de acesso e apresentando evidente necessidade econômica.

Com relação àquelas que conseguiram acessar o benefício, relataram que ele foi fundamental para a subsistência e manutenção da renda familiar. Dados da Secretaria de avaliação e informação (2020) mostraram que, segundo o critério de prioridade de acesso aos usuários da assistência social brasileira pelo CadÚnico, 93% dos beneficiários do Programa Bolsa Família são mulheres, sendo 68% delas negras. Embora o AE tenha servido como medida necessária ao abastecimento material da classe trabalhadora durante a fase crítica da COVID-19 no Brasil, ela não foi suficiente para prover as necessidades básicas dessa população. Fatores como exclusão pelos critérios de elegibilidade, entraves ao acesso do benefício e valor aquém do custo de vida de muitas famílias foram, segundo Pandolfiet *et al.* (2021), contradições inerentes à implementação do benefício.

Considerando os fatores de interseccionalidade que assentam a mulher negra na base da pirâmide social, a ausência de garantias cidadãs com previsão constitucional, incluindo direitos trabalhistas e previdenciários básicos oferecidos aos demais celetistas, demonstram como as empregadas domésticas ainda são mobilizadas para reproduzir hierarquias sociais, medida que ofusca a existência dessas mulheres enquanto portadoras de outros papéis que não sejam ligados a mão de obra para exploração e mal remunerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precariedade da profissão — resultado dos marcadores sociais de diferenciação — é sentida diariamente em diversas frentes. Além da carga de trabalho, que por vezes não segue a jornada nem as atribuições previstas em lei, essas mulheres ainda lidam com abusos e assédios de cunho moral e sexual. Mesmo com previsão legal, grande parte das empregadas domésticas atua na informalidade e é mal remunerada, recebe menos do que um salário-mínimo mensal. Acrescente-se ainda a desvalorização e estigmatização social que a profissão carrega, as longas trajetórias realizadas e o tempo gasto em transportes públicos lotados no deslocamento de suas casas para os seus postos de trabalho e vice-versa, e a troca desproporcional de tempo e esforços que elas dedicam ao cuidado de terceiros em detrimento do próprio tempo, saúde e energia para si e para seus familiares.

Durante a pandemia da COVID-19 houve um aumento exponencial das desigualdades históricas. No caso das empregadas domésticas, a combinação entre a informalidade dos termos de trabalho junto à mentalidade colonial da classe média – que ainda enxerga nas suas funcionárias a serva da casa grande – resultou na coerção silenciosa para que essas mulheres permanecessem em seus postos de trabalho, onde as atribuições aumentaram. Afinal, elas eram “quase da família” e precisavam ajudar seus patrões nesse momento difícil. De tal modo, o não isolamento dessas mulheres, além de fatores econômicos, também diz respeito ao comportamento das classes privilegiadas, que durante a pandemia se negavam a desempenhar certas tarefas de reprodução, mesmo diante do cenário pandêmico, imputando às suas empregadas o risco de contágio ou o desemprego.

O trabalho utilizou a interseccionalidade como perspectiva teórica e metodológica para analisar os marcadores sociais de diferenciação – gênero, raça e classe – e inseri-los na discussão sobre a localização da mulher negra empregada doméstica na estrutura social. O cruzamento das opressões sofridas em razão da raça, do gênero e da classe social que essas mulheres estão inseridas, marcam suas existências em diversas escalas, de modo que não é possível elencar os marcadores sociais de discriminação e apontar qual se sobressai entre os demais, já que é a junção de todos eles que informam as dores de suas identidades.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, L. A trabalhadora doméstica também é um ser humano: o direito a quarentena remunerada como novo privilégio social? **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-8, jun. 2020. Disponível em:<<https://www.reflexpandemia.org/texto-5>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, volume 30, n. 1, jan./abr., 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>> https://www.reflexpandemia.org/texto-5. Acesso em: 08 jun. 2023.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>> https://www.reflexpandemia.org/texto-5. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CANDIOTA, H. S.; VERGARA, D. L. M. Empregadas domésticas, identidade e imagem: Uma etnografia no Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas. **Anais...** In: IX Enpos—Mostra científica. Pelotas, RS, Pelotas, Brazil: Universidade Federal de Pelotas, 2010.

CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. pp. 49-58. Disponível em: <https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137>. Acesso em: 08 jul. 2023.

CARNEIRO, S. A. **Escritos de uma vida**: Sueli Carneiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, S. A. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp.171-188, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: FINEMAN, Martha; MYKITUUK, Roxanne. (eds.). **The public nature of private violence**. New York: Routledge, 1994, pp. 93-118.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DIAS, L. de O.; ALMEIDA, L. I. Eu Empregada Doméstica: heranças, resistências e enfrentamentos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 9, n. 1, p. 8-31, jan. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/tes.v9i1.19297>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FERLA, L. A. C. “Corpos estranhos na intimidade do lar: as empregadas domésticas no Brasil da primeira metade do século XX”. In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS**, I, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011 (anais eletrônicos). Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simpósios-anpuh/32-snhs26>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

FERNANDES, F. **O Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIACOMINI, S. **Mulher e Escrava**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GONZALEZ, L. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation, 2., 1979, Pittsburgh. **A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego**. Pittsburgh: 1979. pp. 1-4.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro** (Vol. 3). Rio de Janeiro, Brazil: Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima.1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVÊA, J. B.; CABANA, R. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol**, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, p. 297-347, abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.25113/farol.v5i12.3668>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

HALL, S. **As modernidades e seus outros**: três momentos na história das artes da diáspora Negra do Pós-Guerra. ArtÁfrica – Centro de Estudos Comparativos. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2009.

HIRATA, H. Care e interseccionalidade, uma questão política. In: MARUANI, M. (org.). **Trabalho, logo existo – perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 79-91, 2019.

IBGE. Mulheres negras no mercado de trabalho. 2019. In: IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE Editora, n. 48, 2 ed., 2022.

MAIA, F. J. F.; FARIA, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, p. 577-596, 2020.

MASCARO, A. L. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

MELO, A. O. S.; RODRIGUES, M. N. Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as políticas públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente ao COVID-19. **Revista Fim do Mundo**, Marília, v. 4, n. 4, p. 133-154, abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p133-154>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MESSIAS, L.; AMORIM, F. P. Relações afetivas e mulheres negras: objeto sexual ou solidão. **Revista Espirales**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 12-35, 2019. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1634>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MESQUITA, R. F. et al. A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 47, p. 11-37, 2024.

MESQUITA, R. F.; MATOS, F. R. N. A abordagem qualitativa nas ciências administrativas: aspectos históricos, tipologias e perspectivas futuras. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 1, p. 7-22, 2014.

MUNIZ, L. Eu Empregada Doméstica: uma análise da relação colonial entre patrões e empregadas domésticas brasileiras a partir de relatos compartilhados no Facebook. **Dignidade Re-Vista**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 9, dec. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/223>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 102-106.

PANDOLFI, A. F. *et al.* O Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia por COVID-19. **Ser Social**, Brasília, v. 25, n. 51, p. 305-325, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/33863>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREIRA, B. P. De escravas a empregadas domésticas – A dimensão social e o lugar das mulheres negras no pós-abolição. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

PICANÇO, F.; ARAÚJO, C. M. de O.; SUSSAI, M. C. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 38, p. 1-31, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0177>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil**. IPEA, 2020.

RONCADOR, S. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 31, p. 129-152, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9437>>. Acesso em: 12mai. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALES JÚNIOR, R. **Democracia racial**: o não-dito racista. **Tempo social**, v.18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SANTOS, B. S.; CONDE, M. E.. A lei dos trabalhadores domésticos como sendo um avanço nas negociações laborais. **Revista de Estudos Jurídicos**, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 60-91, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/view/61>>. Acesso em: 21jun. 2023.

SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis**: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010.

SILVA, D. F.; LORETO, M. D. S.; BIFANO, A. C. S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17(32): 409-438, jan.-jun, 2017.

SILVA, F. H. S.; MIRANDA, M. G.; DUSEK, P. M.; AVELAR, K. E. S. Ação afirmativa para a mulher negra brasileira: um novo olhar pela perspectiva de gênero. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.L.], v. 22, n. 44, p. 145, 8 abr. 2019. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/115>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M. O Saudosismo das Relações Escravocratas em Discursos sobre (e não de) Trabalhadoras Domésticas. **Cadernos Pagu**, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202000580017>> <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/issue/view/2003>>. Acesso em: 11jun. 2023.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. de P. **Os lugares das empregadas domésticas**. Organizações & Sociedade, v. 22, n. 72, p. 161-178, 2015.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#).